CANA-DE-AÇÚCAR

As autoridades governamentais desejaram reduzir a quantidade a ser produzida de cana-de-açúcar e álcool, mas a meta fixada foi rompida, principalmente devido ao bom desempenho da agroindústria paulista. No Nordeste, a produção também ultrapassou as quotas, mas ainda assim foi considerada fraca porque foram pequenos os rendimentos agrícola e industrial.

AVALIAÇÃO DA SAFRA 1984/85 DE CANA-DE-AÇÚCAR E DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

A produção de açúcar da safra 1984/85 foi completada no mês de janeiro na região Centro-Sul, enquanto na região Norte-Nordeste, a moagem estendeu-se até a primeira quinzena de abril.

Os Quadros 01 e 02 confrontam os resultados alcançados na presente safra, com aqueles obtidos na safra anterior e comparam a produção efetivamente realizada e aquela fixada pelo **Instituto do Açúcar e do Álcool** em seu **Plano de Safra.**

No que diz respeito ao açúcar, observou-se a disposição das autoridades governamentais em reduzir a quantidade produzida, mediante a fixação de uma meta de produção de 8,5 milhões de t, ou seja, uma produção 5% inferior àquela realizada na safra 1983/84. Entretanto, esta meta foi superada, mesmo antes do término da safra nordestina, em função do desempenho da agroindústria açucareira de São Paulo, que produziu 431 mil t acima de sua quota inicialmente fixada. Como o objetivo de contenção da produção açucareira do Centro-Sul, expresso pelo **Plano de Safra**, não foi atingido, torna-se provável que, ao final da safra nordestina, a produção brasileira de açúcar seja igual ou superior àquela obtida um ano antes.

QUADRO 01 – AÇÚCAR – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PRODUÇÃO NA SAFRA 1984/85 [1], PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84
(em t)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRA 1984/85	PLANO DE SAFRA 1984/85	SAFRA 1983/84
Norte-Nordeste	3.312.386	3.500.000	3.410.626
Pará	–	11.500	–
Maranhão	32.217	27.000	25.008
Piauí	–	1.500	1.029
Ceará	41.788	40.000	38.031
Rio Grande do Norte	109.734	129.000	122.529
Paraíba	145.388	154.000	146.210
Pernambuco	1.575.592	1.646.800	1.618.869
Alagoas	1.232.574	1.333.200	1.308.925
Sergipe	79.414	83.000	80.215
Bahia	95.679	74.000	69.810
Centro-Sul	5.313.186	5.000.000	5.511.662
Minas Gerais	520.523	552.000	490.485
Espírito Santo	36.520	32.000	29.352
Rio de Janeiro	433.230	493.000	437.205
São Paulo	4.105.938	3.674.000	4.341.528
Paraná	141.810	170.000	150.949
Santa Catarina	21.849	31.000	20.730
Rio Grande do Sul	7.788	9.000	8.407
Mato Grosso	30.688	29.000	25.300
Goiás	14.840	10.000	7.706
BRASIL	8.625.572	8.500.000	8.922.288

FONTE – IAA.
[1] Posição em 28/02/85.

Em relação ao álcool, o plano de produção do **IAA** foi ainda mais acentuadamente ultrapassado. A autorização do governo federal, já no decorrer da safra, para que fossem produzidos mais 600 mil m³ de álcool em São Paulo, foi a única forma de evitar que restasse no campo, sem ser cortada, grande quantidade de cana-de-açúcar.

No que se refere ao Nordeste*, a questão que de imediato surge é a identificação da maneira pela qual as metas de produção de açúcar e ál-

(*) O número de **Agroanalysis** *de dezembro de 1984 inseriu acompanhamento da safra açucareira do Centro-Sul.*

cool para a região foram atingidas, contrariando previsões dos próprios produtores, industriais e agrícolas, da agroindústria canavieira, que acusavam extremas dificuldades econômico-financeiras, o que inviabilizaria parcialmente suas atividades produtivas, já nesta safra.

A resposta para esta questão pode ser encontrada em três pontos específicos. Em primeiro lugar, a favorável situação climática que prevaleceu ao longo das etapas de plantio, tratos culturais e corte de cana-de-açúcar, na maior parte da região. Ao contrário dos anos anteriores, em que a seca causou sensível redução do rendimento agrícola em algumas áreas produtoras, na safra atual predominou um quadro de estabilidade climática. No sul de Alagoas sentiram-se ainda, os efeitos da seca ocorrida em 1983, onde se estima ter havido a destruição de uma área de 50 mil ha de socaria. Contudo, o montante destes prejuízos locais foi reduzido, se for levada em conta a boa condição climática que prevaleceu em toda a Zona da Mata. A chuva foi suficiente no período de abril a agosto de 1984. Nos meses seguintes, a ocorrência de precipitações não chegou a prejudicar a moagem.

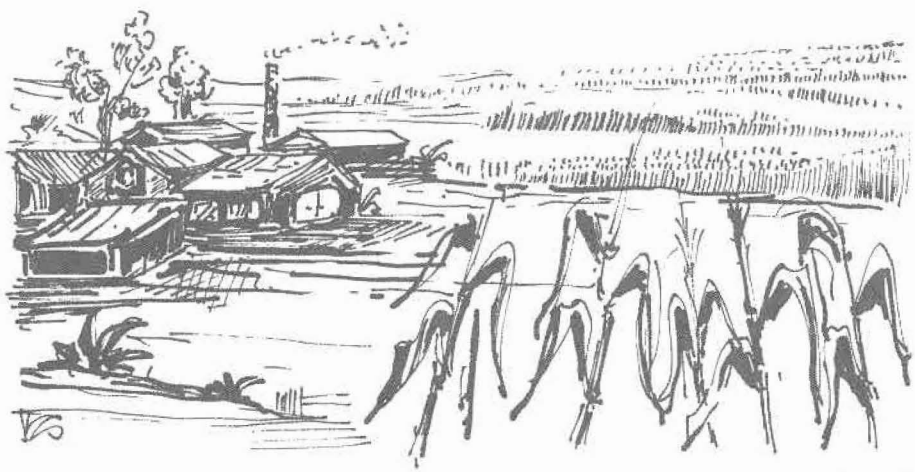
Um segundo fator ponderável na determinação da boa *performance* da safra nordestina foi a implantação do sistema de pagamento de cana pelo teor de sacarose nos estados de Pernambuco e Alagoas. Como conseqüência da nova forma de pagamento, já se observa entre os fornecedores o esforço em torno da melhoria de tratos culturais, bem como na forma de realização da colheita. Em Pernambuco, embora ainda tenham persistido divergências entre usineiros e fornecedores, quanto aos critérios e a lisura da aferição do nível de sacarose encontrado nas amostras da matéria-prima, a maior parte dos fornecedores foi contemplada com o pagamento de um ágio pela cana entregue. Em Alagoas, por sua vez, essas divergências também perduraram, sobretudo na região Norte do estado. Entretanto, parece bastante significativo o fato de que os fornecedores obtiveram um saldo positivo, em torno de Cr$ 12 bilhões, com a adoção do novo sistema.

Por último, vale mencionar o fato de que algumas usinas da região vêm produzindo quantidade de açúcar e álcool acima das quotas inicialmente

QUADRO 02 – ÁLCOOL – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PRODUÇÃO NA SAFRA 1984/85 [1], PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84
(em m^3)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRA 1984/85	PLANO DE SAFRA 1984/85	SAFRA 1983/84
Norte-Nordeste	1.493.105	1.600.000	1.129.638
Amazonas	6.061	2.400	1.568
Pará	4.233	2.640	1.973
Maranhão	17.701	23.576	13.396
Piauí	11.006	7.604	5.958
Ceará	15.120	14.560	11.055
Rio Grande do Norte	86.517	98.160	67.532
Paraíba	216.326	216.600	167.713
Pernambuco	410.701	443.000	265.562
Alagoas	664.229	680.800	550.392
Sergipe	29.799	26.400	16.919
Bahia	31.412	74.300	27.570
Centro-Sul	7.765.551	7.464.140	6.734.573
Minas Gerais	327.467	337.400	270.122
Espírito Santo	118.042	114.800	75.855
Rio de Janeiro	219.505	260.000	203.483
São Paulo	6.140.790	5.585.000	5.391.061
Paraná	464.651	587.140	491.570
Santa Catarina	11.252	12.000	11.167
Rio Grande do Sul	346	6.000	2.774
Mato Grosso do Sul	172.013	224.400	111.462
Mato Grosso	55.370	47.400	22.981
Goiás	256.115	290.000	154.098
BRASIL	9.258.656	9.063.140	7.864.211

FONTE – IAA.
[1] Posição em 15/03/85.



autorizadas pelo **IAA**. Acrescente-se a isto, que, tanto em Alagoas como em Pernambuco, as usinas expandiram sua área própria de plantio, através da aquisição de novas terras ou pela liquidação de contratos de arrendamento estabelecidos com os fornecedores. Ainda no que se refere à expansão da produção, deve ser observado que, com a implantação de novas destilarias autônomas, a produção de álcool cresceu significativamente, em especial no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Na avaliação da safra, os resultados, em termos de quantidade total produzida, não indicam por si só um bom ou mau desempenho. Neste sentido, a safra nordestina de 1984/85, embora tenha até mesmo superado as metas de produção inicialmente fixadas, ainda foi sofrível em termos econômicos. Isto, porque os rendimentos agrícola e industrial ficaram, na maior parte das vezes, aquém dos níveis considerados satisfatórios, ou seja, com uma produtividade agrícola média em torno de 63 t de cana/ha e uma produtividade industrial média próxima de 94 kg de açúcar/t de cana. Outrossim, o tempo de moagem não deveria ultrapassar 180 dias, meta que não foi alcançada, haja vista o prosseguimento da safra até meados de abril.

Além dos baixos rendimentos agrícola e industrial, a agroindústria canavieira nordestina defrontou-se, em todo o transcurso da safra, com dificuldades de ordem financeira. A principal reclamação dos produtores, no presente, refere-se às profundas modificações na política de crédito, por parte do governo federal. É importante lembrar que, até recentemente, usufruíram de crédito subsidiado e em montante considerável, desde a etapa do custeio até a de comercialização. Na safra 1984/85, agravaram-se as dificuldades já registradas no período anterior, com um custo financeiro em nível de mercado para os financiamentos concedidos, escassa oferta de crédito, dificuldades operacionais para a retirada dos empréstimos e grande atraso para suas liberações. Os produtores argumentam, ainda, que, junto ao endurecimento da política creditícia, o governo não estabeleceu graus de remuneração que cobrissem os custos financeiros enfrentados pela agroindústria. Ao contrário, baseando-se em critérios políticos, a fixação dos preços da cana-de-açúcar, açúcar e álcool estariam cada vez mais distantes da observância do movimento de elevação dos custos de produção.

Nesta safra, surgiu mais um problema: o **IAA** atrasou o pagamento do açúcar para a exportação, adquirido entre janeiro e março deste ano. A maior parte desta dívida, que, em seu conjunto, está avaliada em Cr$ 320 bilhões, foi contraída junto aos produtores da região Norte-Nordeste.

A situação das usinas, na região, também preocupa. Em Pernambuco, o endividamento externo concentra-se nas usinas localizadas na região Sul da Zona da Mata. Em Alagoas, as unidades mais endividadas estão dispersas por todo seu território. Contudo, neste estado, a origem das dívidas diferencia-se daquelas contraídas nas demais regiões produtoras, seja pelo fato de contar com uma menor ingerência do governo federal ou por terem sido assumidas em um contexto distinto, ou seja, a partir do momento em que começou a faltar crédito e a se reduzir a remuneração da indústria. Nos outros estados, como é sabido, o endividamento ocorreu em um período anterior, quando foram buscados recursos, com a intermediação do **IAA**, para a modernização do parque industrial.

Tudo isso parece apontar para uma profunda crise na agroindústria canavieira nordestina. Mesmo assim, em uma situação de crise e conseqüente redução dos lucros, a produção de cana-de-açúcar e seus derivados continua a se expandir.

Observa-se que o crescimento da produção vem sendo obtido fundamentalmente através da expansão da área plantada, o que se dá, via de regra,



em terrenos pouco favoráveis, provocando redução ainda mais acentuada do rendimento médio agrícola.

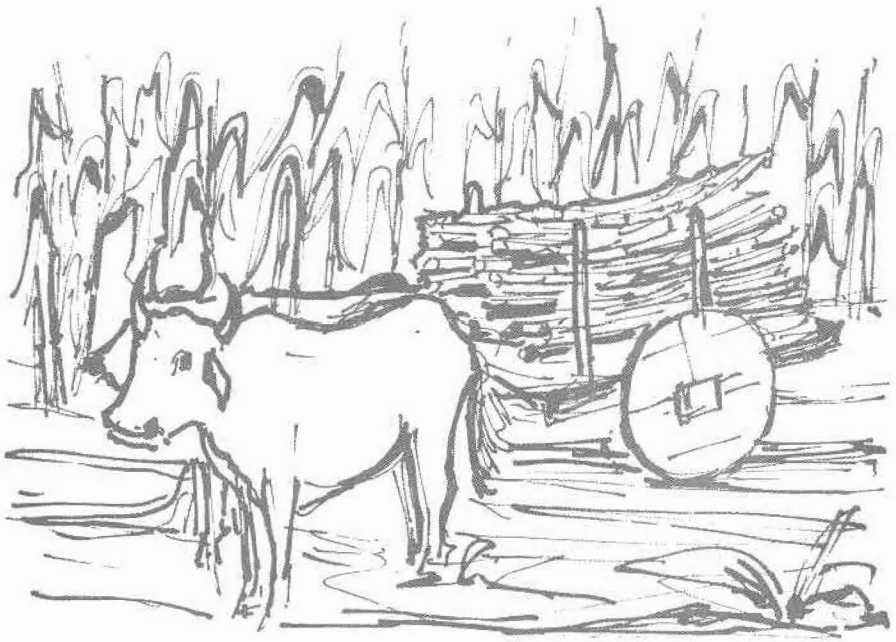
Três fatores concorrem para a ampliação da área plantada. O primeiro refere-se à capacidade ociosa das usinas, o que torna compensadora a ocupação de novas áreas, mesmo que pouco propícias à cultura canavieira.

Em segundo lugar, deve ser mencionado o estímulo à ampliação do plantio, gerado pelo programa de subsídios de equalização de custos, que prevalece em todo o Nordeste. Assim sendo, os maiores custos provenientes de áreas de plantio pouco aptas para a cana-de-açúcar são atenuados pela subvenção governamental.

Por último, em Pernambuco e em alguns outros estados, ocorre a ocupação de áreas periféricas àquelas tradicionais de plantio da matéria-prima, em função do temor dos usineiros e dos grandes fornecedores de que o ascenso do movimento sindical dos trabalhadores rurais conduza à cessão de terras para os cortadores de cana.

Este último fator sugere algumas considerações para o entendimento da questão agrária no complexo agroindustrial da cana-de-açúcar no Nordeste e, aliás, constou das preocupações da **Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag)**, reunida antes da posse da nova administração federal. Naquela ocasião, a **Copag** se referiu aos **latifúndios** envolvidos na atividade monocultora da cana-de-açúcar no Nordeste, como áreas passíveis de desapropriação para posterior redistribuição.

O trabalhador volante, que constitui o contingente predominante entre os cortadores de cana dos principais estados produtores, é proveniente, em geral, da própria Zona da Mata ou do Agreste. No passado, o trabalhador da Zona da Mata freqüentemente ocupava uma pequena extensão de terra, para a **roça**, perdida com a expansão da cana-de-açúcar. O trabalhador que no Agreste se dedica à agricultura de subsistência, vai à Zona da Mata, no período de corte da cana, buscando uma remuneração extra. Com o término da safra, retorna. Como conseqüência de sua diferente procedência, os trabalhadores da Zona da Mata possuem maior capacidade de entendimento e disposição reivindicatória bem mais acentuada do que o trabalhador volante, que vem do Agreste no período da safra.



Em Pernambuco, a **Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape)** defende a liberação das terras excedentes para os trabalhadores rurais, como forma de racionalização da atividade canavieira. Ao argumentar que a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar em Pernambuco se deu em detrimento de culturas alimentares, a **Fetape** conclui que este tem sido um fator que contribui para o aumento dos preços dos alimentos no estado. Também rejeita o argumento de que os custos da produção pernambucana são mais altos, devido à baixa produtividade do trabalhador rural e aos "elevados salários" que este percebe. Por último, reivindicando o cumprimento da legislação vigente, defende a aplicação da **Lei do Sítio**, regulamentada pelo decreto 57.020, de 1968, que reserva até 2 ha de terra ao trabalhador empregado há mais de um ano na usina ou engenho de açúcar. Segundo o **Ato** 18/1968, que dispõe sobre a execução do decreto citado, cabe ao **IAA** controlar o cumprimento dessa lei. Na verdade, tal obrigação é freqüentemente esquecida e o próprio trabalhador não se sente atraído em gastar parte de seu tempo nas terras destinadas ao cultivo de produtos voltados para sua subsistência, quando entende que não tem assegurado o resultado de sua produção. Para fazer frente a estas dificuldades, cogita-se da alternativa de criação de cooperativas de pequenos produtores ou explorações coletivistas, com apoio estatal, como as **Cooperativas Integrais de Reforma Agrária**, previstas no **Estatuto da Terra**.

Uma outra disputa que ocorre entre as representações dos trabalhadores e dos usineiros e fornecedores situa-se em torno do cumprimento do Acordo Coletivo, assinado em novembro de 1984. O principal pleito dos trabalhadores consiste em manter a tabela de tarefas para o regime de produção do trabalhador rural, visto que, alegam, os usineiros e fornecedores buscam intensificar estas tarefas, o que significa para o cortador de cana a redução de seu salário real e o aumento do desemprego.